

ACERCA DO INTEGRALISMO LUSITANO

É uma tendência profunda de todo o nacionalismo procurar estabelecer as oposições mais irredutíveis entre a nação em que nasceu e de cujas tradições se constituiu o guardião e paladino, e todas as outras nações do mundo. Não lhe basta em geral a simples existência histórica da nação, a continuidade duma vida social sobre um mesmo território, sob o domínio do mesmo poder central, com um povo falando a mesma língua, e por meio dêsse instrumento tendo criado uma literatura nacional. Não lhe basta ainda o elo tradicional duma grande missão histórica da nacionalidade representada ou pelos seus políticos, ou pelos seus escritores, ou pelos seus heróis. Mister é erguer entre as nações barreiras mais altas e cavar abismos mais profundos: e por isso êle tende a fazer da própria Raça uma realidade absolutamente diferenciada e *sui generis*, e por isso, caminhando ainda mais no sentido das diferenças irredutíveis, procura, pelo menos em princípio, defender o direito da nacionalidade a uma filosofia própria, a uma política própria, exprimindo as originalidades singulares do sentimento, da inteligência e da sensibilidade da sua raça, os seus costumes e tradições dados como absolutamente inconfundíveis com os costumes e tradições das outras raças. O conceito de humanidade como que se esvai assim numa nuvem de abstracção; e o que fica, como realidade suprema, é a nação afirmando a sua idiosincrasia e o seu egoísmo, as suas «verdades próprias» e a sua vontade exclusiva de vida e de domínio. De aqui o poder afirmar-se que um dado nacionalismo se particulariza e pretende opôr-se (pelo menos em princípio), como corpo de doutrinas, aos outros nacionalismos, na medida mesmo em que se apresenta como integral. Ele toma assim a consciência mais ou menos nítida de que afirmar a sua identidade absoluta com outro nacionalismo é contradizer-se e negar-se a si próprio; é afirmar, para além de

II AS CONTRADIÇÕES ÍNTIMAS DO NACIONALISMO INTEGRALISTA

Il y a des vérités lorraines, des vérités provençales, des vérités bretonnes, dont l'accord, ménagé par les siècles, constitue ce qui est bienfaisant, respectable, vrai, en France.

M. Barrès, *Appel au soldat*.

Que a nossa verdade — a *verdade portuguesa* — resplandeça, para os homens de boa consciência.

A. Sardinha, *Monarquia*, n.º 4.

todas as diferenças nacionais, uma comum conformação do espírito, uma comum tradição, uma comum razão organizadora, uma comum inspiração social, um objectivo comum dos esforços; é, em certa medida, aderir a essa atitude cosmopolita, internacionalista, humana, de que se constituiu o mais declarado antagonista, aceitar implicitamente êsse mesmo conceito de humanidade de que êle pretende ser a negação completa. Opondo-se, particularizando-se, ou, pelo menos, supondo ou declarando que se opõe e particulariza, não faz, pois, mais, com maior ou menor lealdade, que defender a própria vida.

Não procurou fugir a esta tentação, a esta tendência implícita de todo o nacionalismo integral, o integralismo lusitano. Se êle cobre de vitupério e de escárnio as doutrinas democráticas, quer-nos fazer ver que é principalmente porque elas são ideias «germano-francesas»; porque derivam do «romantismo gaulês» (Sardinha, *Valor da raça*, p. xxi); porque representam o «fruto maldito das importações estrangeiristas que intimamente nos dessoraram e dessoram o sangue» (*Id.*, *ibid.*); porque são «quimeras exóticas que deturpam a visão das realidades pátrias com ideologias saídas de outra conformação psicológica, com outros determinismos de ambiente e hereditariedade a regê-las» (*Id.*, p. 107); porque representam, numa palavra, o domínio do «estrangeiro do interior». Pelo contrário, todos os integralistas afirmam, à uma, que o seu movimento é «nacionalista, essencialmente português» (*Monarquia*, n.º 7); que o seu ideal é «o *íntegro* ideal nacional» em oposição com «as ideias de importação que deseducam e desnacionalizam a Grei desde a Renascença até ao liberalismo» (Pequito Rebelo, *Id.*, n.º 113); que há uma *verdade portuguesa*, e é essa verdade que êles defendem (Sardinha, *Valor da raça*, p. xxviii; *Monarquia*, n.º 4); que acima de tudo procuram combater a «invasão... duma

religião *estrangeira*, duma mentalidade *estrangeira*, duma sensibilidade *estrangeira* com que nos ameaçam os agentes do *estrangeiro*» (João do Amaral, *Monarquia*, n.º 80).

Sendo assim, mostrar que o nacionalismo lusitano não é mais que a reprodução exacta, quasi literal, dum outro nacionalismo; que elle é um produto de importação, tal como a democracia, segundo elle afirma, e exprime uma fase universal, europeia, da critica das ideas democráticas; e que, não podendo portanto arrogar-se o privilégio da originalidade *idiosincrásica*, como pretende, combate além disso em outros povos princípios e usos políticos que estão na tradição nacional desses povos, exprimindo assim desta feita, e mais uma vez, o carácter universalista das suas doutrinas; fazendo, pois, também, embora se nos apresente como integralmente tradicionalista, uma critica das tradições, e aceitando-as ou repelindo-as conforme estão ou não de acôrdo com certas ideas políticas; é vibrar ao nacionalismo integral um dos seus mais profundos golpes, revelar uma das suas contradições mais intimas, mostrar a evidência certa insinceridade dos seus princípios políticos, o artificioso dum nacionalismo que só vem à baila para trazer a mana pela mão, e que se destrui e nega a si próprio pelo facto de se derivar de outros e de se querer impôr a outros; e que se destrui e nega na medida mesmo em que se pretende justificar e expandir, como tendo na sua expansão a causa da sua própria morte; é, no fim de tudo, pôr a nu o *punctum vitale*, a secreta *vis* voluntariosa de toda a sua doutrina. Provaremos dêste modo que não é o seu monarquismo que está subordinado ao seu nacionalismo e ao seu tradicionalismo; a tradição e o carácter nacional só lhes servem quando são monárquicos e no grau exacto em que o são; podendo, pois, dizer-se que, longe de serem monárquicos por serem tradicionalistas, elles são antes tradicionalistas por serem monárquicos.

Muitas vezes os integralistas portugueses se teem defendido da accusação que lhes tem sido feita dos arraiais republicanos de que as ideas que defendem se conteem todas na moderna escola reaccionária da França, que tem por órgão máximo a revista e o jornal da *Action française*. Sabemos já como essa pretensão é natural e como ela se prende às profundas necessidades vitais da sua doutrina. Mas nunca até agora elles invocaram o mais simples argumento que pudesse convencer um leitor informado e de boa fé.

A verdade é que nada há mais fácil que provar ter vindo esse nacionalismo *lusitano*, essencialmente *lusitano*, das longínquas terras de França; veio em qualquer coisa como uma condessinha:

assim nos veem todos os bebés; e o integralismo lusitano, na sua inocência indiscreta, poderia bem dizer, como aquella indiscreta criança da poesia de João de Deus:

Quem nasce em França é francês;

Eu sou francês, tiazinha.

E se não, vejamos. Há no integralismo uma critica da democracia, uma apologia do sistema monárquico anti-parlamentar, e um programa de realizações monárquicas. Podemos afirmar perentoriamente que nenhum dos argumentos dessa critica, nenhum dos princípios dessa apologia, nenhuma das bases desse programa se deixa de encontrar no integralismo francês. E para disso fazer a irrefutável demonstração não é necessário deitar abaixo as estantes em que se encontram enfileirados os velhos e renitentes amigos do passado, os Bonald e os de Maistre, os Comte e os Le Play, os Rivarol e os Balzac, os Sainte-Beuve e os Veuillot; ou os criticos desempoeirados da democracia, como Taine e Renan; ou toda essa hoste ardente, combativa, febril do nacionalismo francês, da «febre francesa», como os Barrès e os Daudet, os Bourget e os Lemaitre, os Vaugois e os Galeot; ou esses estranhos sindicalistas que aclamam um Rei do trabalho, como Sorel, Berth e Henri Valois. Um nome basta — e esse nome é Maurras. Que digo? Um livro basta — e esse livro é a *Enquête sur la monarchie* de Maurras. A *Enquête sur la monarchie*, em francês, é a biblia de todo o movimento integralista português; foi aí que os nossos nacionalistas foram descobrir a verdade — a *verdade portuguesa*.

Transcrevamos. (1)

Querem os integralistas portugueses uma *Monarquia orgânica, tradicional e anti-parlamentarista*. Interessante, supino, original! Os reaccionários franceses querem, por seu lado, criar uma *Monarchie héréditaire et traditionaliste, anti-parlementaire et décentralisée* (XLIV, 94). Como vêem, na fórmula francesa há quatro adjectivos; na portuguesa três; a diferença profunda, na fórmula, dum adjectivo.

Querem os integralistas portugueses que aquella monarquia orgânica, *décentralisée*, seja uma monarquia representativa, e não parlamentar; e que ella constitua a condição necessária de toda a reforma e salvação. Supino, original! Pretendem os integralistas franceses, por seu turno, uma monarquia não parlamentar e representativa (15, 412-413).

(1) Fazemos referência, na menção das paginas, à edição de 1916.

413); e escrevem: «Avec elle, tout est possible; sans elle, rien ne l'est» (160-161). Toda a diferença que vai entre o francês e o português!

Baseia-se a doutrina portuguesa na filosofia realista e positivista do *facto* («é o *facto* que nos inspira, unicamente o *facto*», A. Sardinha, *Valor da raça*, p. 152); na crítica da democracia como um sistema de «ideias puras» estranhas à realidade das coisas, e sobretudo às realidades nacionais; e portanto na rejeição do livre exame, da liberdade, da igualdade, do sufrágio popular, do progresso e do internacionalismo. Original! Nos mesmíssimos princípios se baseia o reaccionarismo francês: é a «politique du fait», a «politique réaliste» (XXII), atacando a democracia pelo que ela tem de ilusório e de estrangeiro, rejeitando da mesma forma a liberdade (534), a igualdade (116: «l'inégalité ou la décadence, l'inégalité ou l'anarchie, l'inégalité ou la mort»), o sufrágio popular (546-547), o progresso, e o «cosmopolitismo judaico e franco-maçon» (105). Como êstes priminhos se parecem, benza-os Deus!

A família, os senhores estão lembrados, é a unidade social última, indecomponível, ia a dizer sagrada, dos integralistas lusitanos; é preciso, pois, reconstituir a família; modificar o nosso sistema sucessorial; conseguir a supressão da partilha igual das fortunas e a vinculação da terra como meio de dar à família uma base territorial fixa, e com ela estabilidade económica, coesão moral e permanência tradicional. Supino! Quanto ao gaulês, *c'est tout une outre chose*: a família é a verdadeira unidade social (87, 102); «il faut refaire la famille» (29); é necessário alterar «notre système successoral» (30); obter a «suppression du partage égal des héritages» (XXXIII), afim de «refaire la propriété terrienne» (29), «d'assurer l'intégrité d'une force locale, de perpétuer les familles, les noms, les patrimoines» (31). Os senhores já repararam? Os priminhos não teem os narizes inteiramente iguais. Que pena!

Eis o que se refere à «política da família». Quanto à «política local», sabemos como o integralismo lusitano pretende a descentralização regional, com as suas Câmaras autónomas; como promete reconstituir as antigas províncias, por corresponderem às verdadeiras realidades regionais; como quer dar também autonomia económica aos Conselhos provinciais; e como afirma, de maneira perentória, que só a Monarquia poderá realizar esta obra de descentralização. Interessante! Simplesmente o que se pretende fazer sob a égide do pelicano parece ser o mesmo que em França porfiam em conseguir sob a do lírio heráldico. A monarquia francesa dará autonomia aos municípios e às regiões (533), presididas pelos «Conseils com-

munaux» e os «Conseils régionaux» (220); reconstituirá as províncias (XXIII, 533), porque «le sectionnement départemental... est absurde et anarchique» (542), «les départements ne répondant à rien de réel» (32). Só a Monarquia, dizem-nos ainda os reaccionários franceses, invocando os argumentos de Pequito e companhia, é capaz de descentralizar (131, 218). Priminhos só? Uma terrível suspeita começa a apossar-se do nosso espírito. Será possível?!

Vejamos. Abandonemos a «política local»; vamos à «política corporativa». A mesma liberdade e autonomia para os organismos profissionais; a mesma reconstituição das «corporações» (534); a mesma pretensão de resolver a questão social: só a Monarquia «peut assurer à la fois la protection du travail et la sécurité du capital» (XXXV). A suspeita alastra... A terrível palavra «adultério» zumba-nos aos ouvidos...

Sobre estas «autarquias» locais e profissionais, «un E'tat le plus fort possible, c'est-à-dire pourvu d'un chef héréditaire» (21). O Rei hereditário é justificado pelas mesmas razões que invocam os nossos integralistas. «Il s'agit d'utiliser les aptitudes particulières, spéciales et techniques qui sont fixées à quelque degré par le sang, mais surtout par la tradition orale et par l'éducation» (36g). «Un souverain héréditaire est trop directement intéressé au bien public pour gouverner uniquement d'après son humeur ou d'après un système... Sa nature profonde, sa fonction nécessaire et naturelle, ou, si vous préférez user du langage des géomètres, sa *position* l'oblige à se régler sur les nécessités du salut public. Il peut se tromper, sans doute, dans la vue de ces nécessités, mais il les cherche, il est forcé de les chercher et, l'erreur à peine aperçue, il est induit *par son intérêt* à la corriger» (13). O Rei é assistido da mesma forma por «conselhos técnicos» constituídos por especialistas e legistas de profissão (18, 349, 549); são êsses conselhos que constituem os órgãos legislativos do Estado. A «Assemblée Nacional» (cá a temos também) apenas se reúne para a aprovação do orçamento (17-18) e para dar o seu parecer sobre as medidas promulgadas pelos conselhos do Rei (19, 21). No fim de tudo, a mesma protecção ao catolicismo como «ayant droit à un traitement privilégié» (41).—Meu Deus! a verdade aparece em toda a sua luz! O priminho mais novo é filho do priminho mais velho; o português vem do adultério com um francês: que escândalo para a família nacionalista!

Ora isto é terrível para a falange integralista portuguesa por três motivos. Primeiro porque lá se vai a terra o seu nacionalismo absolutamente diferenciado, o *quid proprium*, tão advogado, dos seus

princípios, a *mentalidade* e *sensibilidade* peculiares da sua Raça (com R grande), o seu ódio às «ideias francesas» — quando também o papá dêles é francês. Estranhos nacionalismos «intégraes» que assim se podem impôr uns aos outros, doutrinar uns aos outros, substituir-se inteiramente uns aos outros — afirmar a verdade que êles nos negam, a existência duma consciência internacional. Para longe as verdades lorenas, as verdades francesas, as verdades portuguesas: no fundo — quem o diria? — há só uma verdade em política, a verdade *tout court*, a pobre verdade sem determinativo gartilício, a verdade que pode viajar de automóvel e atravessar as fronteiras nos expressos — a verdade burguesa e incaracterística, sem côr local, sem *sachet* local, como uma «*déracinée*».

Em segundo lugar, isso é terrível para a falange integralista porque se prova que não usa na discussão e na própria exposição das suas doutrinas dessa lealdade de consciência que impõe uma geração à consideração de outra geração. Querendo passar por original, dando-se ares de singular entre as desvairadas gentes do Orbe, ela comete um abuso de confiança, toma um *travesti*, continua o culto da mentira nacional; sem se lembrar de que, mais tarde ou mais cedo, «quem o alheio veste na praça o despe».

E isso é terrível em terceiro lugar, porque revela a absoluta ausência de iniciativa intelectual da parte dos integralistas portugueses, que se teem revelado médularmente incapazes de aditar um só argumento à crítica da democracia, e teem chouteado invariavelmente através das veredas abertas no terreno da Reacção pela companhia dos almocreves maurraísianos. E, sob êste ponto de vista, ainda o peor não está dito. Porque êles não se limitam à reprodução do espírito; descem até à imitação servil das fórmulas. Mostram que decoraram a lição, mas que são incapazes de compreender inteiramente até que ponto a lição é aplicável entre nós, até que ponto as fórmulas são verdadeiras entre nós. «Inimigo do interior» (Sardinha, *Valor da raça*, 107, 114, 143); «a «Revolução social ou o Rey» (Monaraz, *Monarquia*, n.º 163); «democracia no município, aristocracia na província e monarquia na nação» (Pequito, *Monarquia*, n.º 95 e 178); a monarquia comparada a um organismo superior, ao passo que se compara a república democrática «a rudimentar organização dos protozoários» (*Id.*, n.º 51); o famoso «rei ao alto» com as «liberdades em baixo»; «tudo que é nacional é nosso»; «reformat para conservar», e outras dezenas de fórmulas e analogias, são a simples e encapotada tradução literal de fórmulas e analogias de políticos franceses, S. Altesa o Duque de Orleans, André Buffet e o conde de

Lur-Saluces, Barrès, Valois, e Maurras *super omnia*.

Não só as fórmulas. Movimentos que entre nós não teem significação, gestos de indignação provenientes de pura imitação exterior e que aqui, perdendo todo o seu sentido, só aparecem no humorismo faceto duma caricatura. Tal é êsse furibundo ódio aos judeus, ainda compreensível em França, mas aqui completamente despropositado. Mas Maurras manda, e êles obedecem; novos «estrangeiros do interior», mister é, à força de trejeitos, mostrar que também odeiam o judeu... inimigo de Portugal. Causa sincera pena ver os prodigiosos esforços que êles fazem para nos convencer da sinceridade dos seus sentimentos anti-judaicos!

Não só as fórmulas, mas as fórmulas sobretudo. O espírito «realista» fica-lhes completamente inacessível. Poderá chamar-se realistas a homens que só vêem a realidade pelos olhos dos outros? — Porque a *Action française* se diz anti-romântica; porque Lasserre, um dos reaccionários gauleses, escreveu um livro de verdadeiro combate à mentalidade romântica, vá de combaterem também o romantismo, porque, para parodiar a fórmula do duque de Orleans de que êles se apropriaram, «tudo o que é da *Action française* é nosso». E esquecem o que houve de essencialmente nacionalista e tradicionalista no nosso primeiro romantismo. E esquecem sobretudo que as suas próprias mentalidades são tudo o que há de mais caracteristicamente romântico. O *Valor da raça* de Sardinha, por exemplo, é, só por si, a negação completa de todas as virtudes clássicas do pensamento e do estilo, se se chamam virtudes clássicas ao predomínio do equilíbrio, da medida, da coerência lógica, da clareza e ordem da exposição, da organização na sintaxe e nas ideas. Como pensamento, é a mais confusa e estranha mixelofada de ideas desligadas e contraditórias que é possível conceber; como estilo (afora certas qualidades de brilho literário), é preciso ter presentes as peores páginas do sr. Teófilo Braga para se imaginar coisa igual. Realistas de pura atitude literária, desde o momento em que lhes tiram dos olhos a pauta da música maurraísiana, vão ver o que é sair-lhes da garganta uma música tão maviosa, tão mística, tão luaresca e sentimental que parece sair-lhes dos gorgomilos a mais inefável das barcarolas românticas. Então tão convictamente o «misticismo étnico e histórico» (Sardinha, *Valor da raça*, p. 174) como o «realismo do facto» — esquecendo-se nessa altura, por um lapso, ah! decerto involuntário, que o seu padre-mestre Maurras, muito conseqüentemente, condena todas as «fórmulas do misticismo» (*Enquête*, 423) e se declara «résolu à bannir de [sa] conception de l'histoire tout mysticisme»

(327-328). Quem tem tantas possibilidades de caos e de nuvens no próprio espírito que se declara místico, e místico e realista do facto ao mesmo tempo, e julga conciliar Taine com Bergson e Maurras com S. Francisco de Assis, pode dizer-se que tenha uma mentalidade anti-romântica, no sentido em que eles empregam a palavra?

A verdade é que, no fundo, estes realistas do «facto» só conhecem um «facto»: o «facto» Maurras. Custa 10 francos, e vende-se na Nouvelle Librairie Nationale, em Paris. Com o câmbio agravado, é um pouco carote: mas sempre é um «facto»! — Se não fôsse o «facto» Maurras, não teriam vindo ao mundo o seu realismo, as suas verdades históricas e de experiência, e todos os «factos» que se acham impressos nos livros. Podemos dizer, sem ofensa para as suas pessoas e com o mais absoluto respeito pela verdade, que *nunca houve em Portugal geração ou facção alguma que se revelasse intelectualmente tão servil como este partido de aristocratas*. Não fazem comércio próprio; dedicam-se unicamente ao ramo de consignações do estrangeiro. No bom sentido da palavra, qualquer de nós é, aqui dentro, mais aristocrata do que eles.

Eis os três pecados originais do integralismo, que hão de pôr em guarda contra ele todos os novos dotados dum inteligência lúcida e proba. O que mais interessa, porém, é esse da auto-negação do nacionalismo pela identificação com um nacionalismo estranho. *Mas isto, que parece o mais extraordinário, é precisamente o mais natural* — é o vício comum a todos os nacionalismos que se querem pensar e justificar, e que pretendem afirmar-se com uma consciência toda penetrada do racionalismo moderno, e que não aceitam os *factos* senão na medida em que se legitimam por *ideas*, senão na medida em que passam, da categoria de factos brutos, a factos justificados e racionalizados.

Porque de balde os doutrinários da *Action française* pretendem restringir-se ao domínio do puro *facto*; eles sentem a necessidade mais ou menos consciente de justificar os seus princípios, não só como correspondendo a tais ou tais factos tradicionais, mas precisamente como razoáveis. Também estes pretensos anti-racionalistas pretendem fundar as suas doutrinas nos princípios lógicos da razão; e para todos os lugares e para todas as épocas se «demonstra a verdade da monarquia como um teorema» — são palavras de Maurras. Nesta contradição íntima do nacionalismo tradicionalista está o germen que destrui as oposições nacionalistas; dando-se à tarefa de se justificar racionalmente, coloca a razão acima da tradição, a verdade hu-

mana acima da experiência nacional. No fundo, é-se monárquico, e monárquico de tal ou tal côr, não porque tenha sido a Monarquia, e tal ou tal Monarquia, o regimen tradicional da nossa raça: é-se monárquico muito simplesmente por se supôr ter demonstrado a verdade lógica e experimental da Monarquia.

E vão ver como esta lógica oculta dos seus princípios e as necessidades do seu proselitismo vão fazer da doutrina nacionalista explicita doutrina internacional. Poderão os integralistas combater o parlamentarismo e a democracia, sob o pretexto de que não correspondem às tradições nacionais. E pretensão constante de todos os reaccionários de todos os países fazer das ideas democráticas «ideas estrangeiras». Para os portugueses são ideas «francesas»; para os franceses «suíças»; para os suíços o que serão? Lembra aquela cantiga da Aurora: «o pai quem será?» Estas ideas, que os integralistas lusitanos nos dizem ter vindo da França, «*nous les avons reçues de l'étranger*», di-lo Maurras. Pobres ideas sem pátria, escoraçadas de toda a parte por intrusas, pobres ideas de ninguém! Ainda um dia hão de declarar que sois, pura e simplesmente, judaicas, e que tendes o vosso destino circunscrito ao sionismo. Até lá, pobre democracia, não passarás do Judeu errante. — Mas pôde o nacionalismo sustentar que essas ideas são viáveis noutra parte, aqui não. As necessidades a que atrás fiz referência levá-lo hão a contradizer-se e a demonstrar *more geometrico*, segundo a «autoridade matemática da razão», como diz Maurras, que o parlamentarismo e a democracia são nefastos em toda a parte em que se encontram. O liberalismo «de toda a parte é escoraçado por dissolvente e funesto» — mesmo aí onde ele é tradicional! — o princípio democrático está «desacreditado na Suíça, na Bélgica, na própria Inglaterra (Armando da Silva, *Monarquia*, n.º 145). «Meditando bem o caso da Suíça, que ele nos sirva para nos confirmar cada vez mais na nossa convicção raciocinada de que *em toda a parte, no espaço e no tempo, só a Monarquia é uma forma de governo superior*» (A. Sardinha, *Id.*, n.º 138). (1) Para quê, pois, ter importunado tanto essa austera dama a Tradição, se haviam de lhe dar ao cabo do passeio com as portas na cara, e dizer-lhe que nada tinha que meter o nariz onde não era chamada? — Eles não são, pois, monárquicos, anti-parlamentares, descentralizadores, etc. etc., porque sejam tradicionalistas e nacionalistas; eles são *nacionalistas e tradicionalistas* porque, para eles, é a tal monarquia anti-parlamentar e mais partes a forma de governo superior. Se invocam a tradição, é quando ela coincide com a monarquia; quando coincide com

a. democracia (como na Suíça, nos Estados Unidos, na Inglaterra), já o argumento é dado sem valor, e se ergue sobranceira a «autoridade matemática da razão». Tradição quando lhes convem, razão e experiência universal quando lhes convem. Numa palavra, a tradição é sempre má quando não é monárquica; o nacionalismo é sempre mau quando é democrático; assim se contradizem e negam o tradicionalismo e o nacionalismo para maior bem da monarquia.

Tais são as contradições íntimas de todo o nacionalismo moderno; tal é a falange integralista e a filosofia «nacional» dos integralistas. Pretendidos religiosos do facto, para todos os factos são cegos desde o momento em que os não vejam pelos olhos estranhos; aristocratas de estirpe e convicção, não sentem essa repulsa fisiológica que há em confinar-nos nas veredas batidas pelos outros, no papagueado constante dos pensamentos e palavras alheias; realistas de simples taboleta, a droga que teem à venda ou é estrangeira, e então realista, ou própria, e nesse caso descabeladamente romântica; defensores duma integral «verdade portuguesa», identificam-na com a verdade francesa, com a verdade universal, com a verdade «tout court», afirmando, implícita e explicitamente, a existência duma Internacional Monárquica. Tal é o primeiro sistema de contradições em que os envolvem as insuficiências da sua doutrina e do seu espírito: um nacionalismo inconsistente, um tradicionalismo

inconsistente, para maior triunfo dum monarquismo consistentíssimo.

«Aucune foi n'est aussi intime et caressante que celle qui embrasse tout le genre humain.» Estas palavras diz-me um livrinho que tenho presente que são do internacionalista Barbusse; e poderiam ser também — quem o diria? — dos nacionalistas portugueses.

RAUL PROENÇA

P. S. Agradecemos ao ilustre jornalista Bourbon de Menezes as amáveis referências que nos fez em longo artigo de fundo da *Manhã*, inteiramente dedicado aos estudos que estamos empreendendo. Chama para elles a atenção de todos os republicanos, e está certo; mas seria também bom que os lesse toda a juventude monárquica (dos velhos não há que falar). E desde já declaramos que a resposta às objecções que nos fizerem do campo integralista será reservada para depois da publicação de toda a série. É a maneira de não interrompermos o fio das nossas considerações; e não perderão pela demora. Nos números seguintes falaremos da *Política das ideias e política do facto; Liberdade e igualdade; O progresso e as doutrinas científicas; etc., etc.*

R. P.

(1) V. também, na mesma ordem de ideias, Pequito Rebelo, *Monarquia*, n.º 93.

